

Agroecologia e convivência com o Semiárido: um diálogo com estudantes da Educação de Jovens e Adultos

Nilton César Silva dos Santos¹, Camila Morais de Ramos², Aldinete Silvino de Lima³

Resumo

Este relato de experiência foi produzido a partir de uma roda de conversa sobre agroecologia realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública do município de Sumé, Paraíba. O estudo teve por objetivo discutir os princípios da agroecologia, bem como evidenciar as diferenças e contradições dela com o agronegócio. Participaram da roda de conversa estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos, bem como estudantes do Curso de Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática para Convivência com o Semiárido, ofertado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande. Para introduzir o debate, propomos o diálogo sobre memórias de práticas vivenciadas pelos estudantes e familiares deles com a agricultura familiar no território. Após, discutimos o conceito da agroecologia, os princípios e a importância dela na sociedade contemporânea. A experiência despertou o interesse de estudantes e professores pelo tema, principalmente, com ênfase no que se refere às práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido.

Palavras-chave

Educação contextualizada. Semiárido. História Oral.

¹ Mestre em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: tecesaragroecologi@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: camilamorais.mylle@gmail.com.

³ Doutora em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; estágio pós-doutoral pela mesma instituição; professora da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: limaaldinete@gmail.com.

Agroecology and living with the Semiárid: a dialogue with students of Youth and Adult Education

Nilton César Silva dos Santos⁴, Camila Morais de Ramos⁵, Aldinete Silvino de Lima⁶

Abstract

This experience report was produced from a conversation circle about Agroecology carried out with students of Youth and Adult Education at a public school in Sumé, State of Paraíba. This study aimed to discuss the agroecology principles and highlight its differences and contradictions with Agribusiness. The conversation circle had the participation of students and teachers of Youth and Adult Education and students from the Specialization Course in Natural Sciences and Mathematics Teaching for Living with the Semiárid offered by the Center for Sustainable Development of the Semi-Arid of the Federal University of Campina Grande. To introduce the debate, we propose a dialogue about memories of practices experienced by students and their families with family farming in the territory. Then, we discussed the concept of agroecology, its principles, and its importance in contemporary society. The experience aroused students' and teachers' interest in the theme, especially regarding agroecological practices of coexistence with the semiárid region.

Keywords

Contextualized education. Semiárid. Oral History.

⁴ Master in Agricultural Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: tecedoragroecologi@gmail.com.

⁵ Undergraduate student in Pedagogy, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: camilamorais.mylle@gmail.com.

⁶ PhD in Mathematics and Technological Education, Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; postdoctoral internship at the same institution; professor at the Federal University of Campina Grande, State of Paraíba, Brazil. E-mail: limaalldinete@gmail.com.

Introdução

As memórias, os sonhos e as histórias de vida de jovens e adultos são, sem dúvida, uma excelente oportunidade de estudo. Em concordância com Meihy (2002), consideramos a História Oral como uma maneira de expressar as lembranças e os sonhos das pessoas, respeitar as diferenças e valorizar as culturas e as identidades de cada território. Como acentua Alves (2016), é uma forma de registrar as experiências vividas pelos sujeitos que foram historicamente excluídos.

Quando se trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a História Oral pode ser uma importante estratégia metodológica para motivar, nos estudantes, reflexões sobre o contexto social em que vivem. De acordo com Arroyo (2007), a EJA deve ser pensada a partir da história dos sujeitos e das marcas sociais deles. O autor afirma que a EJA se configura como política afirmativa de um coletivo de pessoas vulneráveis e, portanto, tem uma finalidade de educação emancipatória.

No que diz respeito à agroecologia, os movimentos sociais do campo asseguram que vai além de uma prática isolada. Trata-se de um projeto de campo que se contrapõe ao modelo do agronegócio. Para Siqueira, Antunes-Rocha e Ribeiro (2020), o agronegócio nega a agricultura familiar e expulsa o agricultor do campo ou o faz ser submisso.

Na mesma direção da agroecologia, a Educação para a Convivência com o Semiárido, conforme afirmam Silva, Araújo e Araújo (2018), é uma prática emancipadora que possibilita ensinar e aprender de forma coletiva a conviver com as riquezas do Semiárido, preservando os recursos naturais. De acordo com os autores, resultados de pesquisas apontam que as escolas participantes têm o interesse em conhecer as especificidades e as potencialidades da região, diferentemente da prática vivenciada na maioria das escolas, e se posicionam contrários à ideia propagada pelas mídias sobre o Semiárido ser um lugar de pobreza e atraso.

Sendo assim, tanto a agroecologia, quanto à Educação para a convivência com o Semiárido, está inserida no campo de disputa pela emancipação dos sujeitos e pela valorização das diferentes culturas. Portanto, estudar as características da agroecologia e da convivência com o Semiárido em turmas da EJA abre um leque de possibilidades para problematizar o modelo de campo vigente no território.

Este relato de experiência é fruto de um estudo sobre práticas pedagógicas contextualizadas para a convivência com o Semiárido, que teve como objetivo discutir os princípios da agroecologia, bem como evidenciar as diferenças e contradições dela em relação

ao agronegócio a partir do registo de Histórias Orais, contadas por estudantes da EJA de uma escola pública do município de Sumé, na região do Cariri paraibano.

Para favorecer a compreensão da experiência, organizamos este texto em três seções. Nas duas primeiras, discutimos os aspectos teóricos que permeiam a agroecologia, a convivência com o Semiárido e a História Oral na EJA. Na terceira seção, apresentamos os procedimentos metodológicos da roda de conversa e discutimos as histórias contadas sobre o tema. Para finalizar, apontamos as considerações finais do estudo.

Agroecologia e convivência com o Semiárido na escola

Paulo Freire, ao preconizar a educação emancipatória, evidencia a relação indissociável que há entre a educação e a sociedade. Segundo o educador, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserirem’ nela criticamente” (FREIRE, 1987, p. 21).

No que tange à necessidade de problematizar a realidade para transformá-la, a agroecologia é uma das proposições da agenda de reivindicações dos movimentos populares do campo para ser estudada, de forma crítica, nas escolas. De acordo com Guhur e Silva (2022), a agroecologia tem sido considerada como ciência; disciplina científica; prática social; movimento ou luta política por diferentes instituições e coletivos de sujeitos sociais. Os autores argumentam que, independentemente do enfoque ou da dimensão, é primordial considerar a contradição da agroecologia: o agronegócio.

Para evidenciar as contradições, cabe destacar que, por um lado, encontra-se a agroecologia, que tem raízes em práticas originárias da agricultura camponesa. Por outro, o agronegócio, que foi criado para expressar as relações de poder econômico do setor agropecuário. De acordo com Leite e Medeiros (2012), o agronegócio controla áreas cada vez mais extensas do país em parceria com grandes empresas internacionais, que controlam a produção de agrotóxicos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda de produtos em larga escala.

Por sua vez, a agroecologia tem suas práticas e princípios baseados no diálogo mútuo. Sua representação concreta está nas relações sociais no campo, por causa do antagonismo dos efeitos alienantes do agronegócio. Segundo Guhur e Silva (2022, p. 64), a agroecologia se expressa “em uma relação dialética ação-pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito.”

Quanto ao Semiárido, historicamente, foi tratado como lugar de pobreza, clima de baixa umidade e pouco volume pluviométrico. Em contraposição a essa ideia, Menezes (2017, p. 94) afirma que, “o Semiárido Brasileiro (SAB) é uma construção histórica, social, política e cultural.” Em concordância com a autora, o que define o Semiárido vai além do clima, solo ou vegetação. Trata-se da vida dos sujeitos em sua plenitude e envolve diferentes dimensões.

A educação para a convivência com o Semiárido surge, por um lado, da necessidade de romper com a estigmatização de um lugar de seca e de pobreza e, por outro lado, de produzir conhecimentos sobre a riqueza e a diversidade social e cultural da região nas diferentes áreas do conhecimento. Trata-se, de acordo com Silva, Araújo e Araújo (2018), de uma nova maneira de construir práticas pedagógicas emancipatórias. Nesse sentido, Miranda e Philippsen (2014) acentuam que a educação para a convivência com o Semiárido revela reflexões dialógicas e questionamentos da leitura de mundo, na perspectiva freireana.

Dessa forma, é importante que as escolas compreendam as causas e conflitos que regem a agroecologia e a convivência com o Semiárido, com a finalidade de estabelecer uma relação entre o ensino, a luta pela reforma agrária, a soberania alimentar e a vida digna, bem como buscar estratégias para a integração entre os conteúdos escolares e as dimensões sociais, políticas e culturais de cada território.

História Oral na Educação de Jovens e Adultos

No Brasil, a EJA possui uma longa trajetória registrada com avanços e retrocessos. Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a EJA passou a ser compreendida como uma modalidade da Educação Básica com o objetivo de oferecer a escolarização aos sujeitos, que, por razões diversas, não tiveram acesso ou deixaram de frequentar a escola na idade estabelecida pela sociedade como regular.

Para Cortada (2013), a EJA, compreendida como um processo de inserção dos sujeitos à escola, não atende aos interesses da população e dos movimentos populares que a defendem enquanto política pública. A autora argumenta que a modalidade pensada somente para o acesso à escola tem por objetivo a regularização da distorção idade/série, visando à escolarização e à redução da defasagem. Porém, essa forma de pensar representa uma política compensatória, dando a ideia de prestação de favor.

Em comum acordo com Cortada (2013), entendemos que a EJA não se constitui apenas com o objetivo de certificação e da conclusão da escolaridade para o mercado de trabalho.

Compreendemos a EJA como política pública e, como propõe Freire (1987), trata-se de uma educação emancipatória e libertadora dos sujeitos oprimidos.

Segundo Souza e Lima (2022), existe uma aproximação entre a História Oral e a educação emancipatória que foi evidenciada com a publicação da primeira edição da obra: *História oral e memória: a cultura popular revisitada*, de autoria de Antônio Torres Montenegro. Para Montenegro (2007), a cultura popular cria estratégias de luta, sobrevivência e, sobretudo, possibilita uma nova maneira de construir a História.

Tomando por referência a História Oral, buscamos discutir a agroecologia, com vistas a tratar sobre “a importância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que seja recente” (ALVES, 2016, p. 5). A seguir, apresentamos a roda de conversa e a discussão desenvolvida nela.

A roda de conversa

A experiência é oriunda de uma atividade prática planejada coletivamente durante as aulas do componente curricular Práticas Pedagógicas Contextualizadas e Educação do Campo do Curso de Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática para a Convivência com o Semiárido, ofertado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal Campina Grande (UFCG).

Apresentamos parte dos resultados produzidos, por meio da História Oral, com estudantes da EJA. A escolha pela História Oral ocorreu em virtude da participação dos estudantes em um Projeto de História Oral desenvolvido anteriormente na escola. Nesse sentido, a roda de conversa foi proposta levando em conta as experiências dos alunos com ênfase no que eles compreendem sobre a importância da convivência com o Semiárido e as bases culturais deles, integradas às práticas agroecológicas.

Antes de realizarmos a roda de conversa, pesquisamos sobre História Oral, agroecologia e EJA como política pública e sobre os diferentes sujeitos que a constitui. Agendamos uma primeira visita à escola com o objetivo de conhecer os estudantes e conversar com professores e a equipe gestora. Perguntamos se os estudantes da EJA moram e/ou trabalham no campo; sobre os projetos desenvolvidos pela escola e os principais interesses dela.

Realizamos a roda de conversa no dia 13 de outubro de 2022. No primeiro momento, discutimos sobre a convivência com o Semiárido e a agricultura familiar por meio de questionamentos sobre as memórias da infância e da juventude no campo. Utilizamos perguntas do tipo: quem já morou ou trabalhou no campo? Quais vivências tiveram ou têm que marcaram

suas vidas no Semiárido? O que vocês lembram sobre as práticas agrícolas? Já ouviram falar em agronegócio? Após ouvi-los, compartilhamos as imagens sobre os diferentes modos de produção agrícola para estimular a História Oral. Em seguida, discutimos o conceito de agroecologia *versus* agronegócio. As imagens trouxeram lembranças de práticas vivenciadas pelos estudantes na região.

Durante o diálogo, Vera⁷, estudante da EJA, se manifestou dizendo que já morou no campo e relatou sobre a cultura popular, as brincadeiras na infância, os desafios para ter acesso à escola e o trabalho com a família no Semiárido. Em seguida, informou que “o agronegócio só dá lucro aos ricos” e que, atualmente, as pessoas são enganadas por meio de músicas e de propagandas que defendem o agronegócio. Francisco, concordou com o depoimento de Vera e relatou a história dela colhendo tomates em uma propriedade da região. Ele contou que trabalhava o dia inteiro e recebia muito pouco pelo trabalho realizado.

As histórias relatadas pelos estudantes Vera e Francisco sobre a dominação e exploração do trabalho foram analisadas com base nos estudos de Guhur e Silva (2022), quando afirmam que o agronegócio tem interesse que as escolas contribuam com a preparação de mão de obra barata para o mercado de trabalho.

Em contraposição ao modo de trabalho do agronegócio foram citadas práticas populares da agroecologia, tais como: mutirões para o plantio e a colheita, quando agricultores familiares se reúnem para realizar o trabalho coletivo de plantar, colher, construir e vacinar os animais, como forma de ajuda mútua. A estudante Paula informou que, com os mutirões, as atividades que poderiam demorar dias para finalizar, são concluídas no mesmo dia e as pessoas se deslocam para outra propriedade, uma vez que, aqueles que participaram do mutirão passam a ser contemplados pela ação do coletivo.

As práticas com mutirões, destacadas pela estudante Paula, são discutidas por Almeida e Sobrinho (2016) no que se referem à construção da cisterna de placas para a convivência com o Semiárido. De acordo com os autores, a cisterna de placa é uma tecnologia social, construída coletivamente, como uma estratégia de convivência com a escassez hídrica.

Nesse contexto, o diálogo teceu trocas de saberes com a diversidade do Semiárido e as práticas agrícolas coletivas que não agredem os recursos naturais. Além disso, foram abordadas questões dos consórcios agrícolas, a exemplo do consórcio de milho e feijão, conhecido como “casadinho” em algumas regiões do país.

⁷ Vera, Francisco e Paula são nomes fictícios que utilizamos para assegurar o anonimato dos participantes.

Durante a roda de conversa foi possível encontrar, nos depoimentos dos estudantes, os princípios da agroecologia nas experiências com as famílias deles – a exemplo da luta coletiva nas atividades de campo com os mutirões e o respeito aos recursos naturais –, sem a utilização do agrotóxico. A troca de conhecimentos sobre a agroecologia e a convivência com o Semiárido proporcionou uma reflexão sobre as relações de base sustentável nas dimensões: ecológica, econômica, cultural, social e política do território.

Para além do diálogo durante a roda de conversa, sugerimos aos professores da EJA a continuidade do estudo. Entre as estratégias, propomos aos estudantes a representação, por meio de desenhos, das potencialidades do Semiárido e o que compreendem sobre a agroecologia, bem como apresentar as diferenças e as contradições com o agronegócio.

Considerações finais

A experiência relatada nos possibilitou refletir sobre o papel da educação na formação sociopolítica dos estudantes quanto às práticas agroecológicas e a convivência com o Semiárido. De fato, é possível propor atividades para articular os diferentes saberes, desenvolver pesquisas sobre as práticas sociais e estimular os estudantes a contarem as histórias deles, bem como a produzir conhecimentos sobre a arte, cultura, produção, luta coletiva e convivência com o Semiárido, em uma perspectiva de educação emancipatória.

A agroecologia é uma prática social que precisa de interação com as dimensões escolares e político-culturais, baseada na formação holística que compreende a agroecologia interligada aos processos de ensino e de aprendizagem para transformação social do território.

Sendo assim, sugerimos aos professores que atuam na EJA levar em consideração a possibilidade de trabalhar com a História Oral e elaborar atividades interdisciplinares, fundamentadas em uma educação emancipatória e que aborde, principalmente, o estudo sobre a diversidade de riquezas do Semiárido brasileiro e as práticas agroecológicas.

Referências

ALMEIDA, C.; SOBRINHO, J. Convivência com o Semiárido através do uso de cisternas de placas. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 21, n. 2, p. 8-26, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6410/4252>. Acesso em: 8 abr. 2023.

ALVES, M. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. In: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, 4.; ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 3., 2016, Ituiutaba. **Anais** [...]. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em:

<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **Revej@**, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

CORTADA, S. (org.) **EJA: educação de jovens e adultos em seus diferentes contextos**. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUHUR, D.; SILVA, N. Agroecologia. In: DIAS, A.; STAUFFER, A.; MOURA, L.; VARGAS, M. (org.). **Dicionário Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2022. p. 59-73.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. Agronegócio. In: CALDART, R. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

MEIHY, J. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENEZES, A. **Educação do campo no Semiárido como política pública: um desafio à articulação local dos movimentos sociais**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9767>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MIRANDA, L.; PHILIPPSEN, A. A importância da matemática financeira no cotidiano e na construção da cidadania. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2014. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unes-par-paranavai_mat_pdp_lourdes_aparecida_nocette.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

MONTENEGRO, A. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SIQUEIRA, L.; ANTUNES-ROCHA, M.; RIBEIRO, L. Agroecologia no contexto da educação do campo e da pedagogia da alternância. **Kiri-kerê: pesquisa em ensino**, São Mateus, v. 3, n. 4, p. 210-228, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31997>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, L.; ARAÚJO, A.; ARAÚJO, A. A educação contextualizada para a convivência com o Semiárido brasileiro como uma prática emancipadora. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 104-125, 2018. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2018v3n1p104.

Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3910>.
Acesso em: 11 ago. 2023.

SOUSA, F.; LIMA, L. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. **História Oral**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 135-152, 2022. DOI: 10.51880/ho.v25i2.1262. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1262>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Submetido em 13 de janeiro de 2023.
Aprovado em 10 de julho de 2023.